

E Lula, quem diria, foi parar no PowerPoint

Os procuradores deveriam primar pela altivez, e o PT deveria fazer uma autocrítica radical. Espere sentado

EUGÊNIO BUCCI

20/09/2016 - 08h00 - Atualizado 25/10/2016 20h43

Compartilhar

Assine já!

Uma retórica de gosto duvidoso, empetecada de recursos audiovisuais grosseiros, fechou um pouco mais o cerco em torno de Luiz Inácio Lula da Silva. Na quarta-feira, o procurador Deltan Dallagnol apresentou ao público a denúncia que o Ministério Público Federal encaminhou à Justiça Federal de Curitiba. As acusações propriamente ditas não trouxeram novidades explosivas. Lula é denunciado pela prática de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, o que já era esperado. O efeito mais bombástico não veio do conteúdo, mas da forma da apresentação.

O efeito midiático foi instantâneo. Poucas horas depois, a performance ganharia o horário nobre dos noticiários de TV. Na manhã seguinte, a primeira página dos jornais trouxe o retrato de um quadro em PowerPoint exposto por Dallagnol. Na tela, vê-se um círculo central, em azul mais anil, onde se lê a palavra LULA, toda em maiúscula, em corpo maior. Em torno do epicentro LULA, outros 20 círculos do mesmo porte, mas numa coloração mais pálida, menos destacada, formam um retângulo.

Dentro dos círculos ao redor de Lula, palavras macabras completam a cena: “mensalão”, “poder de decisão”, “maior beneficiado”, “enriquecimento ilícito” etc. De cada uma das esferas coadjuvantes, saem setas que apontam para a esfera principal, que se projeta como força gravitacional imperiosa. Em suma: segundo o Ministério Público, todos os corpos do universo ali representado convergem para o vórtice central, o inexorável Lula. Naquele slide está retratada a cosmogonia da corrupção que suga as energias brasileiras com a voracidade de um buraco negro. Ali está o fim do mundo ético desenhado em grandezas astronômicas.

Para nomear aquela constelação soturna que vai pelo ralo cósmico, o procurador lançou mão de um neologismo: “propinocracia”. O termo não aparece na lei, como todo mundo sabe. “Propinocracia”, algo como o regime estabelecido pelo poder arrebatador do “pixuleco”, não é tipo penal, não é crime, não é nada. É apenas um trocadilho, e dos mais fáceis. Mas isso não constrangeu a retórica do Ministério Público. Como impacto sobre a opinião pública, por sinal, a coisa funcionou perfeitamente, como funcionam as circunvoluções celestes.

Assim, a repercussão estrondosa da performance acusatória extrapolou as fronteiras da lei e de sua aplicação jurisdicional para se tornar, como num big bang denunciante, o fato mais momentoso da campanha eleitoral nas capitais. O PowerPoint inquisitorial varreu como uma tempestade de meteoros as pretensões dos candidatos petistas que ainda teimavam em buscar uns votinhos a mais na já escassa popularidade de Luiz Inácio.

Aí você pergunta: mas a denúncia de Dallagnol está bem sustentada juridicamente? Quanto a isso, caberá à Justiça Federal decidir. Mas, jurisprudências e ritos processuais à parte, a pergunta que conta é outra. A pergunta que conta é a seguinte: a denúncia de Dallagnol terá influência sobre as eleições?

Parece que, aí, são favas contadas. O estrago para o PT e para seus coligados está feito. Lula sai disso ainda menor, mais desgastado, por mais que procure atacar as inconsistências da denúncia. Seu reduto também perde, por mais que esperneie contra a “perseguição” da tal “justiça seletiva”. A esquerda, de modo mais amplo, saiu perdendo.

Teria sido então esse o propósito do Ministério Público, dizimar as chances eleitorais dos partidários de Lula? Não há uma resposta fácil para isso. Pode ser que alguns promotores se deixem levar por paixões partidárias, assim como pode ser que outros não. Do ponto de vista da esquerda, a questão não vai se resolver na base de reações personalizadas contra os procuradores.

O fato é que, descontadas as histrionices audiovisuais e as afetações de oratória, as acusações contra Lula são sérias e precisam ser esclarecidas. Algumas das teias do formidável tráfico de influência montado sob os governos do PT já foram demonstradas à exaustão. Antigos “guerreiros do povo brasileiro” dormem hoje na cadeia sem que um único militante sério os defenda. Eram corruptos mesmo e não dá mais para esconder. O MP pode ter incorrido em excessos estilísticos e até mesmo em abusos do verbo, é verdade, mas que houve desvios tenebrosos, isso houve. Aliás, ainda há o que ser descoberto e denunciado.

De sua parte, os procuradores federais deveriam primar pela impessoalidade, pela altivez e pelo apartidarismo, sem se entregar com tanta exacerbação cívica aos holofotes. Quanto ao PT, teria uma esperança de sobrevivência se apresentasse ao povo brasileiro uma autocrítica ética radical. Espere sentado.